

PENSANDO O SOCIAL FORA DA DUALIDADE INDIVÍDUO/SOCIEDADE: A TEORIA DE NIKLAS LUHMANN

Data de aceite: 01/11/2023

Emerson Palmieri

INTRODUÇÃO

RESUMO: Este trabalho se propõe a apresentar alguns elementos centrais do pensamento do sociólogo alemão Niklas Luhmann. Com ênfase aos seus escritos sobre comunicação, visamos demonstrar como a teoria desse autor apresenta uma forma de se pensar a sociedade que não se encaixa na dualidade indivíduo/sociedade, que sempre permeou o pensar sociológico. A comunicação, para Luhmann, não é um atributo exclusivo de indivíduos: qualquer processo ou operação capaz de produzir sentido participa da comunicação, sejam eles um artigo científico, um processo penal, uma aula, um vídeo, etc. Para Luhmann, todos esses elementos comunicam e formam redes de comunicação que criam as bases para uma contínua reprodução da sociedade. Essa rede não é criada nem pela livre iniciativa individual e nem pela coerção social, mas se atualiza a partir de seus próprias horizontes, de modo que uma comunicação passada serve de base a uma próxima comunicação futura. Assim, para Luhmann, somente a comunicação é capaz de comunicar.

O objeto de nosso texto é a teoria sociológica de Luhmann, em especial seus escritos sobre comunicação. O objetivo do trabalho é o de realizar a exposição de um aspecto central da teoria luhmanniana, que é a sua teoria da comunicação, visando demonstrar de que forma ela se constitui num esforço teórico original que foge à dualidade entre indivíduo e sociedade, que marcou a maior parte do fazer sociológico ao longo do tempo.

Um dos grandes marcos que caracteriza a sociologia ao longo da história diz respeito à dualidade entre indivíduo e sociedade, que deve sua existência ao seguinte questionamento: a sociedade faz os indivíduos, ou os indivíduos fazem a sociedade? Cada uma à sua maneira, a maioria das teorias sociológicas consolidadas abordam essa questão, direta ou indiretamente, e constroem seus arquétipos ora dando mais ênfase ao papel da sociedade, ora aos indivíduos, e ora a uma combinação de

ambos. Seja como for, fazer teoria sociológica significou, por muito tempo, falar da relação entre indivíduo e sociedade. Para a sociologia, nesse sentido, é um grande desafio tornar conhecidas teorias sociais que não se baseiam na dualidade indivíduo/sociedade. A teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann é uma dessas propostas. Construída em uma constante interdisciplinaridade com campos incomuns à sociologia, como a cibernética e a biologia, a teoria sociológica de Luhmann procura explicar as dinâmicas sociais elegendo como agente principal nem o indivíduo e nem a sociedade, mas a comunicação. A comunicação é o elemento basal que constitui a sociedade. A sociedade é um sistema feito de comunicações (Luhmann, 1991, p.192).

Dizer que a sociedade é um sistema feito de comunicações é uma proposição que necessita um duplo tratamento teórico, que explicita o que se entende por sistema e o que se entende por comunicação. Apesar de serem conceitos que se complementam, são construídos separadamente por Luhmann. Em um primeiro momento, vamos explorar a ideia de sistema e mostrar como ela se relaciona com uma questão sociológica fundamental que diz respeito ao pensamento sobre a ordem social. Em um segundo momento, exploraremos o conceito de comunicação, mostrando sua centralidade enquanto um dos elementos sociológicos fundadores do pensamento luhmanniano.

SISTEMAS SOCIAIS: A EMERGÊNCIA DA REALIDADE SOCIAL

De uma maneira abstrata, sistemas podem ser entendidos como um conjunto de elementos que entram em relação (Luhmann, 1991, p. 41). Mas essa relação não é um estado de coisas pré-definido ou naturalmente dado, e sim um processo *contingente*. O conceito de contingência é central na teoria luhmanniana, pois indica que um determinado estado de coisas pode ocorrer de outra maneira. Isso significa dizer que, dentre esses elementos que entram em relação, há sempre outros elementos que foram deixados de lado. Sistemas formam-se, portanto, através de relações *seletivas*, porque sempre elegem possibilidades levando em conta um rol de outras possibilidades.

A partir do momento em que um sistema é formado por meio da relação desses elementos, ele fecha-se para seu ambiente¹. O ambiente de um sistema é simplesmente tudo aquilo que não faz parte desse sistema e que, portanto, se trata de um meio muito mais complexo do que ele. Um sistema, nesse sentido, se define justamente pela diferença em relação ao seu ambiente, e não de maneira autológica. Um sistema não existe “em si mesmo”, mas sempre em uma diferença. Um sistema não pode conter todas as relações possíveis dentro de si, porque senão ele perde sua diferença enquanto sistema. Sistemas surgem, assim, na tentativa de fornecer um ordenamento (ainda que arbitrário) a um estado de coisas. O ambiente funciona como um horizonte observável pelo sistema para que

¹ É importante ressaltar que Luhmann trabalha com a ideia de sistemas fechados, mas há teorias sistêmicas (por ex de Parsons) que utilizam ideias de sistemas abertos ao seu ambiente.

este planeje suas operações. Além disso, o ambiente é fundamental para a existência do sistema de um ponto de vista material: sistemas autopoieticos são constituídos apenas de um elemento específico, mas isso não significa que eles não dependam de outras coisas em seu ambiente para existirem. É preciso fazer uma distinção aqui entre, de um lado, os elementos do sistema e, de outro, como diz Luhmann (1991, p. 245), suas condições de possibilidade. Os exemplos mais nítidos de condições de possibilidades são as realidades físico-químicas da natureza: o sol, o ar, o calor ou a água são estritamente necessários para que sistemas como o direito, a arte ou a política existam, mas não são elementos constituintes desses sistemas.

Para Luhmann, os sistemas sociais são autopoieticos. Autopoiese é um conceito criado pelos biólogos Maturana e Varela (1974), e indica que determinado sistema é capaz de se reproduzir apenas a partir de seus próprios elementos. No caso desses autores, a célula é considerada um sistema autopoietico, pois apenas uma célula é capaz de gerar outras células. No caso de Luhmann, apenas a comunicação é capaz de produzir novas comunicações. Como produzem os próprios elementos, sistemas autopoieticos são fechados para seu ambiente. Não temos espaço para explorar a fundo essa proposição, mas ela indica que o sistema se permite apenas a aberturas seletivas a seu ambiente, não realizando uma troca de elementos. Vamos dar um exemplo da sociologia: em Parsons (1970), que trabalha com uma teoria de sistemas abertos (o esquema AGIL), a política e a economia trabalham em consonância uma com a outra: a política define objetivos a serem perseguidos pela sociedade e a economia providencia os recursos materiais para se atingir esse objetivo. Com a teoria dos sistemas autopoieticos fechados, isso não ocorre: as decisões políticas e a circulação de recursos econômicos são tratados enquanto elementos constitutivos dos sistemas político e econômico, respectivamente. A comunicação do sistema econômico sempre faz referência a flutuações mercado e não às demandas de objetivos políticos. Da mesma maneira, as decisões políticas fazem referência a flutuações na opinião pública e não às realidades do mercado. Nesse sentido, política e economia não têm entre si uma relação determinada de causa e efeito. Possuem, na verdade, relações complexas que dependem dos objetivos de cada um dos sistemas.

Luhmann (1991, p. 16) identifica quatro sistemas autopoieticos: os organismos vivos, constituídos pela vida; as máquinas, constituídas por programação; o psíquico, que é constituídos de pensamentos; e o social, que é constituído por comunicação. Dentro do sistema social, temos 3 outros tipos de subsistemas: os de interação (encontros comuns entre pessoas), as organizações (empresas, escolas, universidades, etc) e os sistemas funcionais (política, direito, economia, ciência, religião, etc). O sistema social, a sociedade, não é, portanto, composto de indivíduos, mas de comunicação. Para Luhmann, na realidade, “indivíduo” é uma categoria muito complexa que engloba tanto aspectos orgânicos, psíquicos e sociais e confunde as referências sistêmicas. Por essa razão, para se referir especificamente ao sistema psíquico, à consciência individual, o autor prefere

utilizar o termo “pessoas”. As pessoas são condição de possibilidade para a existência da comunicação porque fornecem sentido para ela, mas estão situadas fora do sistema social. O pensamento das pessoas não pode fazer parte da comunicação porque ele não é processável pela sociedade enquanto pensamento. Ele só se torna um componente da sociedade se for expressado comunicativamente de alguma maneira.

A separação entre pessoas e sociedade, da mesma maneira que a separação entre política e economia, impede pensar sobre essas duas dimensões de maneira determinista (como por exemplo em uma coerção social sobre o indivíduo). Como a sociedade e a consciência são sistemas fechados um para o outro, é impossível determinar de que maneira uma comunicação particular interage com a interpretação que ela tem em cada pessoa. Com a separação entre sistema social e sistema psíquico (consciência), a relação dos indivíduos com a sociedade torna-se mais complexa. “Como fazem parte do ambiente do sistema social, os seres humanos recebem maior liberdade (maior complexidade) do que os papéis sociais, normas e estruturas permitiriam” (Vanderstraeten, 2005, p 474). “Liberdade” não pode ser entendida aqui como ausência de coerção ou capacidade racional para a escolha. O que Luhmann chama a atenção é para o fato de que qualquer comunicação tem a chance de ser rejeitada pelos indivíduos porque eles não são tábulas rasas, mas possuem uma realidade própria (a realidade psíquica) que interage com o mundo social de formas que não são pré-determinadas por este.

Dupla contingência

Como se formam os sistemas sociais? Aqui, Luhmann recorre ao conceito de dupla contingência. Trata-se, na verdade, de um conceito formulado inicialmente por Talcott Parsons para demonstrar um problema social (o qual leva o mesmo nome do conceito: o problema da dupla contingência) e a forma de resolvê-lo. Luhmann mantém a definição do problema mas, na hora de abordar sua resolução, separa-se de Parsons. Antes de adentrarmos propriamente no conceito, uma breve contextualização: se falamos de uma contingência simples (*single contingency*), isso diz respeito a teorias de escolha racional, nas quais o agente realiza uma decisão informada diante de uma realidade dada, embora mutável. Em último caso esse agente procura tomar a decisão correta (ou a melhor possível) através de métodos que o guiam nessa realidade objetivamente dada (Kessler, 2016). A dupla contingência adiciona um nível de complexidade a essa situação hipotética porque agora o agente não está mais diante de uma realidade objetiva, mas diante de um outro agente, que não apenas não tem um comportamento objetivamente dado, mas que agirá de acordo com as escolhas do primeiro agente. A ideia de dupla contingência inicia-se com Parsons, que coloca a questão da seguinte maneira:

Há uma *dupla contingência* inerente em interações: Por um lado, as gratificações de ego são contingentes sobre sua seleção entre alternativas disponíveis. De outro lado, a reação de alter será contingentes sobre a seleção

de ego e irão se resultar de uma seleção complementar por parte de alter. Por causa dessa dupla contingência, a comunicação, que é a preocupação com padrões culturais, não poderia existir sem a generalização da particularidade das situações específicas (que nunca são idênticas para ego e alter) e da estabilidade de significado que só pode ser assegurada por 'convenções' observadas pelas duas partes (Parsons e Shils, 1951, p 16) (tradução nossa)²

Parsons também apresenta o problema de maneira resumida na forma de princípios que regem a interação, que são dois: "1) Cada ator é agente em ação e objeto de orientação para si e para outros; e 2)[...] enquanto agente em ação, ele se orienta para si mesmo e para outros e, como objeto, tem significado para si e para outros"(Parsons, 1968, p 436). Desses princípios, argumenta o autor (Parsons, 1968), conclui-se que os resultados são contingentes não apenas sobre a manipulação de objetos no ambiente pelos agentes, mas também da intervenção desses objetos (que são outros agentes) no curso dos eventos.

Luhmann mantém intacta a definição do conceito de dupla contingência e o problema sociológico que ela apresenta sobre a dificuldade de coordenar interações entre agentes que estão constantemente observando um ao outro. No entanto, o autor não segue o raciocínio proposto por Parsons para solucionar esse problema. Para Luhmann, o consenso sobre convenções sociais não é a única solução possível, o que, considerando a dualidade indivíduo/sociedade, seria uma solução pelo polo "sociedade". Em vez disso, Luhmann (1991, p. 150) propõe observar o problema pela dimensão temporal, a partir da qual podemos observar um primeiro agente (alter) iniciando alguma ação³ para definir a situação e que aguarda a reação do outro agente (ego). O *feedback* de ego, por sua vez, fornece novas pistas para uma nova ação de alter. Cada nova interação que ocorre dessa maneira reduz ainda mais o grau de contingência das ações de alter e ego porque ambos, de maneira crescente, formam expectativas sobre como o outro irá agir/reagir. Luhmann descarta a ideia de uma solução definitiva e propõe pensar a dupla contingência como um problema que se auto atualiza, o que significa dizer que, de um lado, ele mesmo já carrega suas próprias possibilidades de superação conforme alter e ego reduzem a contingência mas, de outro lado, o problema sempre está presente, pelo menos potencialmente, porque o comportamento de um ou de outro pode mudar. É um problema que, como coloca Ocampo (2013), se atualiza como horizonte de sentido.

Retornando novamente à dualidade indivíduo/sociedade, poderia se dizer, então, que a formação de sistemas de Luhmann é explicada pelo polo do indivíduo? Essa seria uma conclusão errônea. Luhmann fala de "alter" e "ego" justamente para reforçar o fato de que a dupla contingência não diz respeito apenas a pessoas (sistemas psíquicos), mas também a sistemas sociais (Luhmann, 1991, p. 151-152). A ação de alter, portanto, não necessariamente diz respeito à ação de um indivíduo. Esse talvez seja um dos elementos

2 Todas as traduções realizadas nesse texto são de nossa autoria.

3 Apesar de falarmos constantemente de ações, a versão luhmanniana da dupla contingência não se faz na tentativa de uma teoria da ação. A teoria de Luhmann tem como base a comunicação, mas a comunicação utiliza a ação para se auto-descrever.

de mais difícil compreensão da teoria luhmanniana da dupla contingência e também o que gera mais controvérsia, uma vez que dentro da sociologia as noções de ação geralmente remetem a indivíduos. Com efeito, a comunicação (e a ação) requer pessoas enquanto condição de possibilidade, mas isso não nos permite dizer que, na realidade, “em última instância”, alter e ego seriam pessoas, porque isso seria sair do centro epistêmico sobre o qual a teoria de Luhmann é construída, que é a comunicação. Não há uma entidade que “em última instância” é responsável pelos eventos. Isso seria recair nas primeiras críticas dirigidas à disciplina de sociologia que postulavam que, “em última instância”, o social são apenas pessoas agindo. Poderíamos fazer uma regressão *ad infinitum* e dizer que pessoas, “em última instância”, são fabricações da mente, e essa, por sua vez, fabricações de processos químicos, que por sua vez são meros resultados de disposições atômicas, etc. Ou seja, não há nenhum motivo para se dar prioridade a indivíduos ao se falar de alter e ego. Dentro da teoria de Luhmann, é mais teoricamente preciso dizer, retornando ao exemplo, que publicar um artigo é uma ação feita pelo sistema da ciência. Luhmann chega a falar, nesse sentido, de uma “ação livre de sujeito” (Luhmann, 1991, p 167).

Dessa maneira, grosso modo, sistemas sociais podem surgir desse movimento contínuo de redução de contingência entre alter e ego. O princípio adotado por Luhmann para explicar a dupla contingência aponta para o fato do sistema se abrir ao acaso (ao indeterminado) e a partir disso gerar estruturas, um processo denominado *order from noise*.

Alter e ego são caixas pretas um para o outro, isto é, não podem prever seus comportamentos, podem apenas supor o que o outro irá fazer. Quando essas caixas pretas se encontram, porém, elas criam janelas de transparência que são suficientemente claras para realizar uma interação. Em princípio, alter e ego são indeterminados um para o outro mas produzem determinabilidade quando se observam. Essas janelas são criadas porque existe, segundo Luhmann (1991, p. 172), um interesse por parte de ambos em sair dessa mútua situação de indeterminação. Aquilo que se torna visível, no entanto, é apenas uma pequena porção entre muitos outros processos que continuam intransparentes. Cada agente escolhe aquilo que tornará público e aquilo que manterá escondido, como num jogo teatral em que se alterna entre o palco e os bastidores⁴. Alter e ego, dessa forma, só conseguem *feedbacks* um do outro com relação a essa porção visível, transparente e determinada de suas ações. Todo o resto permanece oculto. Porém, mesmo que nem tudo se revele, o *feedback* constante feito por essas observações mútuas possibilita a emergência de um sistema social (de uma ordem). Aqui podemos ver o duplo papel da contingência na manutenção ou transformação dos sistemas sociais: de um lado, as janelas de visibilidade reduzem a contingência para alter e ego, permitindo cada vez mais que cada um opere mais precisamente a partir da expectativa do outro. De outro lado, o sistema pressupõe a existência de um lado indeterminado que ele não acessa mas que faz parte de seu ambiente, então a contingência pode forçá-lo a operar em outras direções

⁴ Sobre o jogo teatral, cf Goffman, 2002.

que não se encontram estruturadas. É importante ressaltar que o *feedback* de alter e ego não precisa ser “correto”, isto é, corresponder exatamente às expectativas projetadas pelo outro. Mesmo um erro ou um desvio tornam-se produtivos nesse cenário porque a formação do sistema se faz de maneira autorreferencial, fechada, e não em referência a uma verdade externa. Um erro de expectativa pode simplesmente fazer com que o outro reajuste seu comportamento para corresponder ao que foi projetado. O sistema adquire com isso, também, um limite temporal próprio. As seleções se autorreferem nesse tempo estabelecido, criando o seu próprio passado e futuro. Luhmann (1991, p. 170-171) fala da transformação de acasos em possibilidades de construção estrutural: acaso significa a falta de coordenação entre estruturas de um sistema e ocorrências do mesmo. Formam-se, com o tempo, relações causais entre elas que sempre, novamente, estão sujeitas à contingência.

COMUNICAÇÃO

A comunicação pode ser vista como a substância que preenche o processo de dupla contingência: Alter e ego ajustam suas expectativas de ação um em relação ao outro recorrendo a um processo comunicativo. Luhmann (1991, p. 194-195) define a comunicação como a síntese de 3 processos: a) o de selecionar uma informação; b) da emissão da informação e c) do entendimento da informação. Ela pressupõe, então, participantes que emitam uma informação e participantes a quem ela se endereça. O autor recusa falar de comunicação como um processo de transmissão de informação, porque isso implicaria dizer que existe uma única coisa a ser compartilhada, que uma mensagem possui um mesmo sentido para quem a emite e para quem a recebe. O que ocorre, na realidade, é que cada um dos participantes seleciona um sentido específico para a mensagem, que pode ou não ser o sentido compartilhado pelo outro agente. Porém, a divergência de sentido não impede a conclusão do ato comunicativo. Da mesma maneira que na dupla contingência, o erro se torna produtivo porque pode-se ajustar a ele.

A comunicação é definida como uma síntese de três seleções: Informação / Emissão / Entendimento. Trata-se de uma operação complexa, cuja unidade emergente se ordena da seguinte forma: uma seleção de “Informação” (o assunto da comunicação, aquele sobre o qual se deve expressar) é inicialmente processada por um determinado emissor (*alter*) que seleciona um determinado *fazer no mundo* (“Emissão”) – que pode ser um gesto, uma locução oral, escrita, difundida telecomunicativamente ou simbolicamente codificada – para que seja observada por um determinado receptor (*ego*) para quem tal “atuação” é dirigida. No entanto, dado que a comunicação é mutualista, ela não pode ser reduzida à unilateralidade de uma emissão, pois exige que *ego* “atue a compreensão” (“Compreensão”) e distinguir entre *esse* fazer do emissor no mundo dirigido a ele (“Emissão”) e sua decodificação da “Informação” (Ocampo, 2013, p. 69)

A participação na comunicação, assim como na relação de dupla contingência, não é um atributo específico de pessoas, mas abrange qualquer processo ou operação capaz de produzir e processar sentido. Por exemplo, uma propaganda comercial, um vídeo no *Tiktok* ou um processo penal são todos agentes comunicantes. Como expusemos anteriormente, na realidade, as pessoas (o sistema psíquico) não participam da comunicação. O que participa é aquilo que elas exteriorizam por meio de sons, palavras, imagens, escritos, etc, mas os pensamentos das pessoas permanecem fora da comunicação. Recentemente, tem-se chamado atenção também para a inclusão de um novo agente social que participa da comunicação: os algoritmos. Os algoritmos absorvem nossas contingências (nossas escolhas) e a nos mandam de volta em uma nova forma imprevisível (Esposito, 2017). O recém-criado *chat GPT* é um excelente exemplo: apesar de não ter uma consciência, a plataforma consegue se comunicar com as pessoas através de um aprendizado (*machine learning*) que é fornecido pela própria comunicação, armazenada em bancos de dados digitais. Algoritmos aprendem a se comunicar, a traduzir textos e a jogar jogos não porque possuem uma inteligência ou consciência artificial para aprender regras ortográficas ou de como jogar, mas porque recorrem a bilhões de dados sobre comunicações utilizadas naquele contexto que são fornecidas pela própria sociedade.

Pode-se dizer – e esta é a ideia que proponho aqui – que o que esses programas reproduzem não é inteligência, mas sim comunicação. O que torna os algoritmos socialmente relevantes e úteis é sua capacidade de atuar como parceiros na comunicação que produz e faz circular informações, independentemente da inteligência (Esposito, 2017, p. 253).

Comunicação e suas improbabilidades

Existem uma série de barreiras que a comunicação precisa superar para que seja sucedida (aceita pelos indivíduos). Para Luhmann, a comunicação é um processo improvável, e precisa criar meios específicos para se realizar. Luhmann (1981) argumenta que a comunicação conhece três improbabilidades e que meios (*media*) diferentes são criados para superar cada uma delas.

O tipo de teoria da comunicação que estamos tentando anunciar parte, portanto, da premissa de que a comunicação é improvável, apesar do fato de a experimentarmos e praticarmos todos os dias de nossas vidas e de que não existiríamos sem ela. Essa improbabilidade da qual nos tornamos inconscientes deve primeiro ser compreendida, e isso requer o que pode ser descrito como um esforço contrafenomenológico, vendo a comunicação não como um fenômeno, mas como um problema; assim, em vez de procurar o conceito mais adequado para cobrir os fatos, devemos primeiro perguntar como a comunicação é possível (Luhmann, 1981, p. 123).

A primeira improbabilidade é a do entendimento: é improvável que uma pessoa entenda o que uma outra quer dizer, considerando o fato de que as consciências são individuais e separadas (Luhmann, 1981). A segunda improbabilidade é a do alcance: é improvável que uma comunicação atinja mais pessoas para além do contexto local em que foi criada. Isso ocorre porque a interação presencial assegura aos participantes da comunicação um compromisso em prestar atenção no conteúdo do que está sendo dito. Essa condição não pode ser mantida à distância, porque em outros lugares as pessoas estão prestando atenção em outras coisas (Luhmann, 1981). A terceira improbabilidade é a do sucesso: é improvável que uma pessoa concorde com o que uma outra disse, mesmo que ambas estejam em sintonia quanto ao sentido da mensagem. Para Luhmann (1981), aceitar significa alguém tomar aquela comunicação como premissa para seu próprio comportamento, bem como processar novas informações considerando que aquela comunicação aceita é correta.

Essas improbabilidades, argumenta o autor (Luhmann, 1981), não são apenas barreiras bloqueando determinadas mensagens de atingirem seus alvos; elas funcionam também como bloqueios virtuais de comunicação, de modo que alguém pode simplesmente desistir de tentar emitir alguma mensagem se considerar muito alta a chance de ocorrer uma dessas improbabilidades. Nessas ocasiões, há uma tendência de se abster do processo comunicativo. Podemos ver muito desse processo em casos de discussões políticas, em que várias vezes ouvimos as pessoas dizerem “não adianta argumentar com ele, ele não vai mudar de ideia!”.

Não existe para Luhmann uma solução contínua e progressiva das improbabilidades de comunicação, porque elas se reforçam mutuamente: quanto mais se entende uma comunicação, mais motivos se há para rejeitá-la; quanto mais ela se expande para além do contexto local, seu sentido se torna mais incompreensível; quanto mais se aceita, menos se entende ou se alcança; etc. Por essa razão, a solução dos problemas comunicacionais referentes a essas improbabilidades não pode ser pensada tendo como referência a sociedade inteira, mas contextos específicos: por exemplo, interações em ambientes informais produzem comunicação superando apenas a barreira do entendimento, ninguém está preocupado se uma conversa de bar será ouvida por toda a sociedade, e os participantes não possuem como objetivo principal o convencimento do outro. Em um programa televisivo, a comunicação é criada superando-se a segunda improbabilidade, mas é impossível checar se os telespectadores entenderam ou concordaram com as mensagens que foram ditas. Por fim, em um cenário de voo de avião, a companhia aérea não espera que os passageiros entendam o motivo pelo qual se deve desligar o celular dentro da aeronave, apenas que cumpram as ordens.

O meio criado para superar a primeira improbabilidade, a do entendimento, é a linguagem, que possibilita a expansão da comunicação para além da percepção. A linguagem cria não apenas idiomas comuns através dos quais as pessoas podem se entender por

meio de signos, mas cria também a capacidade reflexiva da comunicação que expusemos anteriormente, que proporciona à comunicação a reação sobre si mesma a fim de que dois agentes alcancem o mesmo sentido de uma determinada emissão. Em suma, argumenta Luhmann (1981), a linguagem cria a impressão do entendimento mútuo, que proporciona uma base para comunicações seguintes. Quanto à segunda improbabilidade, a do alcance, ela é superada através da criação dos chamados meios de difusão (*Verbreitungsmedien*): estes incluem, num primeiro momento, a escrita, e posteriormente a imprensa e o que vem a ser chamado de meios de massa (rádio, tv, jornais, revistas, etc).

Por fim, a superação da terceira improbabilidade, a do sucesso, se faz através da criação dos meios de comunicação simbolicamente generalizados (daqui em diante, MCSG) (Luhmann, 1981). Eles asseguram que uma determinada comunicação seja aceita. Os MCSG, possuem uma relevância teórica de mais peso na obra de Luhmann, que não temos espaço para abordar em detalhes mas que devemos, ao menos, esboçar. O conceito de MCSG é, na verdade, uma formulação de Parsons que Luhmann empresta e modifica. Ele faz referência aos tipos de comunicação que ocorrem dentro dos subsistemas funcionais e que permitem a existência destes: considerando que uma comunicação pode ser tanto aceita quanto rejeitada, os MCSG asseguram uma constante aceitação para que dessa forma os subsistemas possam desenvolver sua complexidade. Nesse sentido, os subsistemas funcionais não criam os MCSG, como pensava Parsons, mas se desenvolvem através deles (Chernilo, 2002). Também, diferentemente de Parsons, que considerava os MCSG como meios de troca *entre* sistemas, em Luhmann cada MCSG faz referência a um subsistema funcional específico: o poder (sistema político), dinheiro (sistema econômico), verdade (sistema científico), lei (sistema jurídico), etc (Chernilo, 2002). Cada um desses meios é reconhecido pelos participantes da comunicação como algo válido: é improvável que alguém aceite um pagamento na forma de serviços pessoais, publicidade ou sacos de arroz. Porém, o dinheiro assegura uma forma válida para todos (por isso, generalizada) através da qual as pessoas podem adquirir bens e serviços no mercado. Na política, a execução ou rejeição de um projeto é determinada pela forma de poder estabelecida, seja a votação majoritária ou a ordem de um ditador. Na ciência, os critérios criados para se considerar um artigo como “verdadeiro” criam o ideal específico da comunicação científica (revisão por pares, regras de citação, experimentos cegos, etc). Não existe um MCSG válido para todos os sistemas: não se pode obter o amor através poder, aprovar um projeto apelando para sua verdade ou aprovar um artigo científico usando uma lei. Certamente podem ocorrer os casos de corrupção, que são situações consideradas inválidas perante as regras do jogo: alguém pode comprar um juiz, ou pagar ao seu partido para que aprove um projeto, mas é impossível para qualquer subsistema funcional estabelecer uma recursividade permanente se baseando em comunicações entendidas como corruptas, porque elas são resultados de situações *ad hoc*, que não se conectam entre si temporalmente. No entanto, MCSG coexistem dentro de determinado subsistema: na escola, há o reconhecimento de que o

professor e os alunos estão em uma relação de poder; as pesquisas científicas precisam ser financiadas; políticas de lei podem se basear, em algum grau, na verdade de uma situação concreta. A diferença é que apenas um desses MCSG em cada sistema serve como catalisador para que o sistema desenvolva sua complexidade: o sistema democrático é uma evolução de formas de poder; o capital financeiro é uma evolução do uso de dinheiro; o sistema de avaliação de pesquisa por pares e duplo-cego é uma evolução das formas de se atingir a verdade.

O argumento luhmanniano deixa evidente que o “aceitar” da comunicação não diz respeito necessariamente a uma aceitação livre, a uma concordância verbal com determinada proposição. O poder político assegura que cidadãos, por exemplo, paguem multas, mas muitas pessoas vão considerar que sua multa foi injusta e só a pagam para evitar retaliações do Estado. Da mesma forma, posso querer não usar dinheiro para pagar meus bens, mas não tenho outra alternativa porque as outras pessoas o utilizam. Nesse sentido, a aceitação pode remeter muito mais à complacência do que à concordância, dependendo do tipo de situação em questão. Isso também deixa mais claro o porquê de não haver uma conexão necessária entre entendimento e aceitação da comunicação. Em muitos casos, as pessoas estão somente seguindo regras ou convenções. Chernilo (2002) faz uma sugestão parecida ao argumentar que os MCSG são formas de coordenação social, ou seja, formas de garantir que operações em um subsistema sejam baseados nesses MCSG e produzam futuras operações baseadas neles (dito de outra maneira, garantem a autopoiese de um subsistema).

CONCLUSÃO

A partir do momento em que qualquer processo ou operação produtora de sentido pode ser entendido como participante da comunicação, a díade indivíduo/sociedade deixa de fazer sentido no arquétipo de Luhmann. Isso por dois motivos: 1) Esse participante pode se basear numa organização coletiva, como as normas uma empresa, as leis de um país ou a conversa num grupo de amigos, como também ser fruto de um ato individual, como o discurso de um líder político. 2) o participante pode sequer fazer parte dessa díade, como no caso de algoritmos de redes sociais que direcionam conteúdo personalizado aos usuários. Não há preferência com relação a qual tipo de participante seria mais crucial na interpretação das dinâmicas sociais.

A sociedade, dessa maneira, se reproduz através das comunicações que geramos cotidianamente. Na sociedade moderna, boa parte dessa comunicação se diferencia em vários sistemas (ciência, direito, política, economia, religião, etc), com cada um deles construindo suas próprias redes de comunicação e agentes comunicantes: as missas consolidam-se como comunicações típicas do sistema religioso; as publicações como comunicações típicas do sistema científico; os julgamentos como comunicações típicas do

sistema jurídico; etc. Nesse processo, não existe uma coerção social que determina qual comunicação será produzida e nem uma livre iniciativa para se comunicar o que quiser: as comunicações presentes se constroem levando em conta comunicações passadas. Para Luhmann, isso significa dizer que estão igualmente abertas as possibilidades de aceitação ou rejeição da comunicação: uma publicação nova pode concordar ou criticar outra antiga; leis novas podem anular ou reforçar leis antigas; um restaurante pode manter ou mudar sua comida de acordo com o feedback de seus clientes, etc. Através de constantes remissões àquilo que já foi comunicado, a sociedade produz novas comunicações que podem reforçar ou alterar o fluxo comunicativo em jogo.

Como principais resultados da nossa exposição, enfatizamos a aparição do conceito de comunicação como uma novidade teórica no sentido de não ser atrelado a nenhuma entidade específica, o que o torna externo em relação à díade indivíduo/sociedade. Discursos individuais, normas de organizações, algoritmos, textos, vídeos, fotografias e qualquer processo ou operação capaz de produzir sentido são capazes de produzir e participar da comunicação. O conceito de comunicação trazido por Luhmann, dessa maneira, abre possibilidades para pensar sobre as dinâmicas sociais sem colocar a sociedade ou o indivíduo como os principais agentes das mesmas. Para Luhmann, somente a comunicação é capaz de comunicar. Ou, dito de outra forma, somente aquilo que adentra o fluxo da comunicação presente tem potencial para transformar a comunicação no futuro. Um discurso político pode influenciar o voto de pessoas; uma queda de ações na bolsa de valores pode desencadear uma crise econômica; livros de auto ajuda podem deixar as pessoas mais motivadas para o trabalho; vídeos no *Instagram* podem entreter uma conversa em grupo; publicações científicas podem inspirar políticas públicas; músicas podem se tornar mundialmente conhecidas; uma propaganda bem feita pode aumentar o consumo de um produto; notícias podem viralizar e virarem tópico de conversa entre as pessoas; algoritmos podem moldar a forma em que consumimos conteúdos. Em todos esses exemplos, a comunicação (e não a sociedade ou os indivíduos) é quem transforma a comunicação.

REFERÊNCIAS

CHERNILO, Daniel. The theorization of social co-ordinations in differentiated societies: the theory of generalized symbolic media in Parsons, Luhmann and Habermas. **The British Journal of Sociology**, v. 53, n. 3, p. 431-449, 2002.

ESPOSITO, Elena. "Artificial Communication? The Production of Contingency by Algorithms" *Zeitschrift für Soziologie*, vol. 46, no. 4, pp. 249-265, 2017.

GOFFMAN, Erwing. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 2002.

KESSLER, Oliver. The Contingency of Constructivism: On Norms, the Social, and the Third. *Millennium*. 45(1):43-63, 2016.

LUHMANN, Niklas. **Soziale Systeme. Grundriß einer allgemeinen Theorie**, Frankfurt: Suhrkamp 1991.

LUHMANN, Niklas. The improbability of communication. **International Social Science Journal**, 33(1), pp. 122-132, 1981.

MATURANA, H.R; VARELA, F.G; R. Uribe. Autopoiesis: the organization of living systems, its characterization and a model. **Byosystems**, Volume 5, Issue 4, pages 187-196, 1974.

OCAMPO, Sergio. El modelo sintético de comunicación de Niklas Luhmann. **Cinta de moebio**, n. 47, p. 59-73, 2013.

PARSONS, Talcott. **The Social System**. London: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1970.

PARSONS, Talcott e SHILS E. **Toward a General Theory of Action**. Cambridge, MA, p 3-29, 1951.

PARSONS, Talcott. **Interaction, International Encyclopedia of the Social Sciences**. Vol 7. Nova York, p 429-441, 1968.